

Universidade de Brasília
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JARBAS ANTONIO FERREIRA

IMIGRAÇÃO: IDENTIDADE, CULTURA E GLOBALIZAÇÃO

Brasília
2010

JARBAS ANTONIO FERREIRA

IMIGRAÇÃO: IDENTIDADE, CULTURA E GLOBALIZAÇÃO

Monografia apresentada ao Curso de
especialização em Relações Internacionais,
Universidade de Brasília.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Cristina Inoue

Brasília
2010

RESUMO

Este trabalho apresenta a análise das migrações internacionais à luz do processo de globalização. Pretende compatibilizar o tema dos fluxos migratórios, compatibilizando-o com questões de identidade, nação, cultura.

Palavras-chave: Migrações, globalização, cultura, nação, identidade.

ABSTRACT

This work presents the analysis of the international migrations to the light of the globalization process. It intends to compatibilize the subject of the migratory flows, making compatible it with identity question, nation, culture.

Keywords: globalization, migration, culture, nation, identity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 IMIGRAÇÃO: UMA PEQUENA CONTEXTUALIZAÇÃO	6
3 UMA PEQUENA ABORDAGEM DO TEMA GLOBALIZAÇÃO	11
3.1 GLOBALIZAÇÃO: CONCEITO.....	12
4 NAÇÃO, ESTADOS NACIONAIS E MIGRAÇÕES	15
5 A QUESTÃO DA CULTURA	21
6 IDENTIDADE NO ESPAÇO DAS MIGRAÇÕES.....	25
7 RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2009: UMA PROPOSTA AOS ESTADOS- NACIONAIS.....	29
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende responder de que forma a globalização impacta os fluxos migratórios internacionais. Como desdobramento desse propósito, um conjunto de outras questões poderão se apresentar nesse estudo, subsidiando, ou mesmo problematizando, o objetivo principal deste trabalho. Que papel assumem as nações no espaço globalizado? Como ficam as territorialidades, reais e simbólicas, frente a essa transnacionalidade produzida pela globalização? Qual o papel que desempenha a cultura na manutenção ou mesmo, superação do local frente ao global? Qual a tensão criada entre migração e identidade? Como criar um campo normativo nas sociedades que permitam estruturar os fluxos migratórios por todo o mundo?

No centro da(s) pergunta(s) está a relação entre globalização e Estados Nacionais e, tendo como elemento tensionador dessa relação, a movimentação de pessoas pelo mundo, os fluxos migratórios.

Poder-se-á constituir um tema arriscado, mesmo um desafio. Por se tratar de fluxos humanos, percebe-se uma tendência de enquadrá-lo no campo da subjetividade individual, ou mesmo das relações de mercado, seja por sua adesão, ou por contestação deste mesmo mercado, permitindo assim um tratamento que não toque efetivamente no centro do debate de Relações Internacionais ou, dito de outra forma, o reconhecimento do papel do Estado na complexa e intrincada rede de processo que estruturam as migrações: estatuto formal ou informal de permanência, políticas dos Estados frente aos migrantes, xenofobia, racismo, instabilidade relacional, diversidade, diferença, etc., por vezes ultrapassando a capacidade gerencial que os Estados, através de suas máquinas administrativas, possam gerar. E mais, como satisfazer um eleitoral sedento de garantias de bem-estar com a presença por vezes indesejada do “outro”?

Por outro lado, pode, ao se tratar de migrações, reacender uma lógica, não de todo superada, dos tempos da Guerra Fria e que transmite a ideia de que a polêmica que se impõe é necessariamente de tipo polar. Ou bem se adere aos discursos dos mercados e incorpora-se este discurso ao tema das migrações com as imperfeições inerentes ao processo social em que o migrante é visto como agente ativo do processo, ou de outra parte, porque assim o tema permite, assume-se um discurso que denuncia as fragilidades do modelo em curso, no sentido de um resgate e de uma retórica humanitária e, quem sabe, anacrônica diante dos tempos em que se vive. A história social nos demonstra que as polaridades, normalmente, impactam, de maneira inadequada, soluções mais ricas. Assim, subsidiariamente, pretende-se verificar que medidas vem sendo

pretendidas no campo dos fluxos migratórios, em especial aquele expresso pelo *Relatório de Desenvolvimento Humano* – doravante *RDH* – (PNDU, 2009), pois se entende que a regulamentação nas relações humanas, independente das variáveis que essas terão, do arcabouço que a compuserem poderá ser útil aos migrantes, aos países que acolhem, às sociedades em geral.

Um tema complexo, numa história em curso, ou em fase de reconsolidação.

Assim, acompanhando com entusiasmo as propostas feitas no Relatório de Desenvolvimento Humano 2009, que aqui serão abordadas e que pretendem, antes de tudo, uma melhor estruturação da condição do migrante pelo mundo, estabelece-se, de um lado, um estatuto formal mais adequado, menos arbitrário na relação Estado-migrante e, de outro lado, conferindo a esses fluxos maior base normativa e permitindo, quem sabe, que, diante dessa base, se construa um ambiente mais estável nas sociedades. Acredita-se que este trabalho poderá demonstrar que as barreiras que se apresentam a essa superação de obstáculos nem de longe acompanham a agilidade com que se superam obstáculos em outros fluxos internacionais, notadamente aqueles de bens, símbolos, modelos e informações. Esses já estão em parte ou totalmente globalizados.

Dessa forma, torna-se possível que este texto apresente nuances da solução do problema, ou da questão *migrações frente à globalização*, como se evidencia aqui um *entrelugar* próprio da modernidade e que talvez a lógica dicotômica das polaridades impressas na Guerra Fria não foi capaz de resolver.

Cabe, por fim, ressaltar que este trabalho contou, para sua execução, com diversas fontes de pesquisa: artigos, livros, Relatório. Particularmente, saudado pelo tempo, pode-se ter acesso ao *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 – Ultrapassar Barreiras – Mobilidade e Desenvolvimento Humanos* e também ao *Atlas da Mundialização* (2009), duas publicações recentes e basilares para o desenvolvimento deste trabalho. Além disso, cita-se artigos que analisam o tema da globalização e das migrações, particularmente cabe ressaltar os textos de Peralva (2008), Vaz (1999), Lessa (2009) e Milani e Laniado (2006), em que se pôde acompanhar parte importante do debate em torno da globalização e, com os dois temas correlatos: migrações e globalização. Por fim, buscou-se literatura que tratasse questões de identidade, crise identitária, cultura, poder e nações. Assim, espera-se que se possa traçar uma compreensão razoável sobre a questão que envolve migrações em tempos atuais.

2 IMIGRAÇÃO: UMA PEQUENA CONTEXTUALIZAÇÃO

Calcula-se que, nos últimos 50 anos, a taxa de migrações internacionais vem se mantendo ao redor de 3% da população mundial. (RDH 2009)

Os fluxos migratórios são constantes na história humana. Buscando traçar uma linha de tempo sobre as migrações, pode-se observar que é entre os séculos XV e XIX que grandes ciclos migratórios se dão para as Américas: portugueses, espanhóis, britânicos, em torno de um milhão e duzentos mil; algo em torno de 12 milhões de negros africanos, escravizados; dois milhões de chineses; um milhão de indianos. Pode-se considerar que, nesse período, o número de migrantes superou, em muitos casos, o número de nativos que permaneceram na origem. Adicionalmente, a partir do processo de industrialização, parcelas das populações migraram, intrapaíses, do campo para a cidade.

No final do XIX e início do século XX, especialmente durante o período da I Guerra Mundial, as fronteiras nacionais se fecharam às migrações. No entanto, estimativas (RDH, 2009) indicam que os fluxos permaneceram estáveis voltando a se permitir ingressos de pessoas, no período da II Grande Guerra, onde a reconstrução da Europa devastada produziu um processo, inicialmente temporário, de migração sul-norte. No entanto, quando da crise do petróleo, na década de 70, as fronteiras voltaram a se fechar para as migrações (RDH, 2009).

Essa é a primeira constatação sobre a movimentação de pessoas. É verdade que, em se analisando esses fluxos a partir de uma linha de tempo, pode-se identificar uma certa marca comum ao fenômeno migratório. É normalmente sua característica econômica a que mais se ressalta. Além disto, marcado por políticas instáveis, na visão impressa pelos Estados-nacionais. Nessa perspectiva, faz sentido a compreensão do senso comum de que as pessoas migram por melhores condições econômicas quanto pensam em mudar para o lugar de destino. Mas, migram por recomposição de laços familiares, qualificação profissional e intelectual, vivência em outros espaços, mudança de ares, para se citar alguns motivos. Quando não-coagido a migrar, o migrante muda pra melhorar suas condições e essas poderão ter razões econômicas, ou não.

Um segundo aspecto comumente levantado acerca das migrações é de que essas se fazem na relação sul-norte, preferencialmente. Países pobres ou em desenvolvimento em direção a países ricos. Essas migrações, com variações conforme a fonte de pesquisa, mas mantendo nessas fontes os mesmos patamares, são aquelas de menor número. Somente para que se lide com grandezas e de acordo com o (Migration DRC(2007 apud RDH 2009 – p.21)

Apenas 37% das migrações de todo o mundo são de países em desenvolvimento para países desenvolvidos. A maior parte das migrações ocorre entre países com o mesmo nível de desenvolvimento: cerca de 60% dos migrantes desloca-se entre países em desenvolvimento, ou entre países desenvolvidos (o restante 3% referem-se a deslocamentos de países desenvolvidos para países em desenvolvimento).

O que não quer dizer que as migrações internacionais não sejam impactadas por esta relação. “Mais de $\frac{3}{4}$ dos migrantes internacionais, vão para um país com um nível mais elevado de desenvolvimento humano, do que o de seu país de origem” (RDH, 2009, p. 2). No entanto, são nesses países que se potencializam as restrições à entrada e mesmo a permanência de todo e qualquer migrante. Esses, quando bem recebidos, o são basicamente por interesses que estão em jogo para a manutenção daquele determinado país. Esses interesses poderão ser de ordem econômica – os mexicanos, nos Estados Unidos, no pós-guerra, para a agricultura, especialmente através do Programa *Bracero*, resultam, em especial, do interesse econômico do país receptor, com sua estada, e invariavelmente, em uma determinada conjuntura que interesse aquela permanência, constituindo-se, assim, a incorporação do migrante à lógica daquele país hospedeiro. Poucos são os países que estabelecem regras ou mesmo pré-condições a se cumprir, para a permanência definitiva de migrantes, em seus territórios. Note-se que a maioria esmagadora, dos deslocamentos se fazem intrapaíses, representando algo em torno de 740 milhões de migrantes internos em todo mundo (PNDU, 2009), ou seja, um número quatro vezes superior ao dos deslocamentos internacionais que se encontra na faixa estável de 3% da população mundial.

O RDH (2009, p. 26), ao abordar o tema da entrada de migrantes, faz uma síntese interessante em que

...o regime de migração, em muitos países poderá talvez ser melhor compreendido através da analogia com as múltiplas portas de uma casa. Os migrantes podem entrar na casa através da porta de entrada (aqueles que se estabelecem de forma permanente), da porta lateral (os visitantes e trabalhadores temporários) ou da porta dos fundos (ou da cozinha) (os migrantes irregulares).

A partir dessa porta de entrada, em sua trajetória, os migrantes intercambiarão essa posição, conforme diálogo com as condições locais de destino, podendo sair da condição de irregularidade ou mesmo entrando nessa, conforme a situação específica de cada país. Há, por vezes, uma linha tênue que separa o migrante de uma condição a outra, em espaços temporais muito próximos.

Migrar é um ato, ao mesmo tempo, de ruptura com a origem e de afirmação dessa mesma origem. Afinal, é dela que partem as condições básicas para o indivíduo partir. Afinal, mesmo estando sob as mesmas condições na origem, muitos não migram. O migrante precisa identificar em si, antes de tudo, condições subjetivas que o autorizam a migrar. Ou ainda, encontrar amparo no

destino, que o propulsione, também. Um familiar que foi antes, e que servirá de âncora para a migração: para o primeiro, partir; para o segundo, permanecer. Lugar em que as duas condições não serão necessariamente excludentes, podendo, inclusive, serem complementares. De maneira geral, o migrante é um ser da modernidade, e quando não-coagido a migrar, é tão moderno “...quanto nosso ancestral humano africano que teria atravessado o Mar Vermelho em direção ao Sul da Arábia, há aproximadamente 50.000 anos.” (PNDU, 2009, p. 29) . Ou ainda, é aquele que demonstra “a capacidade de se projetar mais além das relações de exclusão e dominação que caracterizam a experiência de sedentaridade” (PERALVA, 2008, p. 16).

Conforme já mencionado, as variáveis que levam o indivíduo a migrar, são muitas.

No imaginário coletivo, o migrante poderá ser bem ou mal visto na origem. Há sociedades em que a migração é encarada como um elemento de sucesso e onde a transposição do local, é considerada um degrau a mais de qualificação individual e mesmo para a sociedade de origem. O indivíduo chega mesmo a ser impelido à migração, por histórias de “sucesso” que o relato de antecessores trazem. Há ainda, como dado positivo das migrações, sociedades que entendem o fluxo migratório como um rito de passagem, conforme nos relata o *RDH* (2009). Em Mali, a expressão francesa *aller em aventure*, identifica as migrações como sendo algo no caminho da idade adulta (RELATÓRIO..., 2009, p. 81). No entanto, quando o caminho trilhado para a migração resulta da fuga de uma situação precária, porque não há outra coisa a fazer, a migração constitui-se num espaço de incertezas e preferencialmente, de oportunidades. “Alguém que nasceu na Tailândia poderá viver mais sete anos, ter quase três vezes mais anos de ensino e de gastar e poupar oito vezes mais em relação a alguém que nasceu em Mianmar, um país vizinho” (PNDU, 2009, p. 9). Assim, mesmo que o migrante possa vivenciar uma condição permanente de instabilidade formal e de incertezas, as oportunidades que se criam, inicialmente, em seu imaginário, o autorizam fazê-lo. Nesse sentido, o acesso a informações é fundamental para que se possa mensurar e avaliar o interesse em migrar de um lugar ao outro. Dados de IDH ajudam também a entender essa mobilidade,

o IDH mais baixo num estado fronteiriço dos Estados Unidos (Star Country, Texas) situa-se acima do até mais elevado do lado mexicano... Esse padrão sugere que atravessar as fronteiras nacionais poderá em grande medida alargar as oportunidades disponíveis para um melhor bem-estar (RELATÓRIO, 2009, p. 9).

No que diz respeito à educação formal frente à renda, por exemplo, o impacto da migração poderá ser extremamente positivo.

Por exemplo, indivíduos com níveis médios de ensino, que migrem de um país em desenvolvimento para os Estados Unidos, conseguem obter um rendimento anual de cerca de 10.000 dólares – basicamente o dobro do da remuneração média per capita, em países em desenvolvimento (CLEMENS, MONTENEGRO, PRITCHETT, 2008 apud RELATÓRIO, 2009, p. 9).

Na contrapartida dessa perspectiva positiva para migração, percebe-se que a trajetória da migração acompanhará o grau de autonomia vivenciada, pelo migrante, na sua origem. O migrante pobre, enquanto uma tendência de partida, enfrentará um conjunto de dificuldades adicionais frente àquele que tem melhores condições quando da partida. Dessa forma, as migrações poderão reproduzir padrões de inserções sociais que ressaltam sua face excludente e desigual, independente se na origem ou no destino. Casos típicos dessa situação podem ser situados nos trabalhos mais precários, a exemplo de trabalhos domésticos, ou mesmo, na prostituição. Em que pese nesse último exemplo, considerando o tipo de atividade, a variável econômica da migração poderá ser vantajosa frente à origem: 600 euros mensais ganha uma mulher na Espanha para serviços domésticos; 600 euros ganha uma mulher em dois de trabalho, na prostituição (OSO, 2003 apud PERALVA, 2008).

Na agenda de migrações, o elemento que aparentemente mais se estrutura na relação dos Estados é aquele afeto a remessas. Remessas de recursos financeiros do destino à origem. Elas podem constituir um elemento importante de alavancagem econômica dos locais de origem, especialmente na relação estabelecida dos migrantes do sul-norte. Podem alterar os padrões de consumo daqueles que ficaram na origem. Note-se ainda que o consumo gerado com as remessas alavancam a educação, um dos elementos de longo prazo que mais impactam famílias pobres, receptoras de recursos provenientes das remessas (RDH, 2009).

Faz-se necessário destacar aspectos sociais e culturais com o advento das migrações, em determinadas comunidades de origem, especialmente. A essas alterações que incluem práticas, revisões identitárias e o capital social advindo se denominam como “as remessas sociais”. Mudanças práticas que impactam o cotidiano e o modo de vida de comunidades inteiras no contato migrante-origem e nos novos hábitos adquiridos.

No entanto, esses efeitos não necessariamente serão positivos, podendo, pelo contrário, representar situações de absoluto constrangimento ao migrante por comportamentos considerados inadequados no destino.

Assim, de acordo com Simon (2002 apud PERALVA, 2008, p. 10 “(...) é possível distinguir (pelo menos) três tipos básicos de migrantes: os que respondem a demanda de mão de obra a partir

de nichos de empregos específicos nos países receptores (...), os que constituem uma elite profissional circulante e internacionalizada (...) e os refugiados”.

Um dado importante na análise das migrações é aquele que trata da maior ou menor aceitação ao migrante, conforme a construção de determinadas sociedades, ou dito de outra forma,

(...) conforme as sociedades de chegada tenham sido construídas a partir da imigração (Estados Unidos, Austrália) ou tenham passado recentemente de estatuto de região de emigração ao de região de imigração (Europa). No primeiro caso, a identidade nacional se construiu em torno da valorização da diversidade. Na Europa, (...) grupos políticos, governos e setores da população estigmatizam os imigrantes em nome da segurança pública, restringem seus direitos ou os expulsam. A fluidez dessas circulações transnacionais é, contudo, um importante fermento para o desenvolvimento, no mesmo nível que a ajuda oficial dos Estados. (DURAND et al., 2009, p. 29).

É verdade que os acontecimentos do 11 de setembro, nos Estados Unidos, alteram essa visão flexibilizada de que o país pôde ter acerca da presença de migrantes em seu território e que pode ser sintetizado na afirmação de Arendt (2008, p. 109) que “nenhum estadista americano pode se dar o luxo de desconsiderar que a população de seu país provém dos quatro cantos da Terra”.

Por fim, no espectro de atualização da temática das migrações, dois elementos se mostram passíveis de relevo nesta pequena contextualização.

O primeiro diz respeito à circulação de competências e de inovações pelo mundo. O saber, nesse aspecto, se tornou necessariamente mais democrático e, também, mais imperfeito. Esse fenômeno é menos da responsabilidade das migrações e mais, é bem verdade, do fluxo de informações que ganhou enorme agilidade nos tempos modernos. No entanto, as migrações impactam e são impactadas por esse processo.

O segundo diz respeito à circulação em escala mundial do *outro*, o outro que até então se mostrava estranho ao nativo e que a presença, a física, aliada mais uma vez à circulação de informações, gera novos padrões de reconhecimentos humanos e mesmo de solidariedades transnacionais

Entende-se, assim, que o campo simbólico da presença do migrante nos países será impactado por relações midiáticas e de governos, e por trocas diversas, especialmente as comerciais, que são dadas de forma acelerada e para além das fronteiras nacionais. Isso porque essas se mostram estruturas capazes, de maneira rápida e eficaz, de conduzir um sentimento social acerca do migrante em que Estados e a mídia organizam, em boa parte, o pensamento acerca da presença desejável ou indesejável do migrante em cada país. Podendo, no entanto, serem receptores desse

mesmo sentimento, catalisando e organizando-os para que essa posição oriente o comportamento que se terá frente ao migrante.

3 UMA PEQUENA ABORDAGEM DO TEMA GLOBALIZAÇÃO

Há, invariavelmente, um risco em se adequar os conceitos às dinâmicas reais de desenvolvimento social, ou vice-versa. De acordo com essa percepção, pode-se pretender afirmar que a sociedade se constrói em campos polares. Com alguma regularidade, essa solução tende a promover ajustes artificiais, no campo teórico, para que então se possa visualizar o que se pensa sobre as coisas e os processos e buscar encaixes que promovam, eventualmente, visões parciais acerca dos fenômenos.

No caso da globalização, esse risco não é menor. Há que se observar com atenção a naturalização que eventualmente se possa produzir quando se afirma que os processos migratórios são intensificados à luz da globalização. São, de fato? Ou seriam eles, os fluxos, potencializados por conta da globalização, ou melhor, em um de seus pilares: a troca de informações que se gera em tempos atuais e que essas se dão, em tempo real? E, se é verdadeiro que a globalização atingiu com densidade os processos migratórios, quem foi seu beneficiário, que migrante pode usufruir dessa investida positiva para seus fluxos? Com que agilidade e eficácia nova, considerando a globalização, esses fluxos passaram a ter? Os migrantes – empreendedores por natureza – estariam logrando mais êxito em seus deslocamentos? O que talvez se possa dizer é que se verifica o “advento de uma cultura de mobilidade” conforme nos salienta Lessa (2009), ou seja, a globalização impacta a todos indistintamente e, dessa forma, todas as esferas da vida humana, inclusive as migrações, são assim impactadas. A problematização que este trabalho pretende fazer está calçada na estrutura ainda existente, e não de todo suplantada do ator internacional, por excelência – em que pese à crise que se instala em torno dessa presença – os Estados Nacionais e como esses tratam os fluxos migratórios. Mas, para que se possa verificar a relação dos temas, vai se tratar de cada um em separado, para posteriormente, unificá-los.

3.1 GLOBALIZAÇÃO: CONCEITO

Um conceito em movimento. É assim que se pretende, neste trabalho, analisar o conceito de globalização. Dito de outra forma, um conceito que não deve ser abordado como expressão de um processo de mudanças já manifesto, mas deve ser entendido como um “veículo”. “Teoricamente, teria o estatuto de um conceito intermediário, que possibilita mudanças teóricas nas teorias clássicas já estabelecidas” (BARTELSON, 2000 apud MILANI, LANIADO, 2006, p.491). Para Therborn (2000 apud MILANI, LANIADO, 2006 491), o conceito de globalização pode se considerado a partir de cinco focos centrais:

- ☎✕① a intensificação da competição econômica;
- ☎✕✕① uma percepção sócio-crítica de suas consequências sociais;
- ☎✕✕✕① o reconhecimento da impotência do Estado face aos avanços de uma economia globalizada;
- ☎✕❖① os fluxos transnacionais de cultura; e, por fim,
- ☎❖① a incorporação de um discurso sobre ecologia planetária e seus ecossistemas.

Dessa forma, colocado em movimento, o conceito adquire robustez para que possa ser analisado em seu impacto frente aos fluxos migratórios. Mas, ainda avançando sobre a contextualização do conceito, cabe considerar que a globalização “descreve modos de ser dos sistemas de forma diferenciada e com impactos e feitos também diferenciados em contextos históricos específicos em todo o mundo” (MILANI, LANIADO, 2006, p. 490). Da mesma forma, Peralva (2008, p. 05) lança como desafio acerca da globalização frente às migrações que “interpela de diversas maneiras as bases institucionais e o leque de direitos atualmente consagrados no âmbito dos espaços democráticos nacionais”. Ou ainda, no sentido de valoração do tema e a vinculação entre globalização e migrações, cabe observar o que diz Castles e Miller (1993 apud WOODWARD, 1996 , p.21) em que

“ As mudanças na economia global têm produzido uma dispersão das demandas em redor do mundo. Isso ocorre não apenas em termos de bens e serviços, mas também de mercado de trabalho. A migração dos trabalhadores não é, obviamente nova, mas a **globalização está estreitamente associada à aceleração da migração(grifo meu)**. Motivadas pela necessidade econômica, as pessoas têm se espalhado pelo globo, de forma que a “migração internacional é parte de uma revolução

transnacional que está remodelando as sociedades e a política ao redor do globo”. Castles e Miler (1993 apud WOODWARD, 1996, p.21).

No entanto, retomando a problematização do conceito, retoma-se aqui uma advertência considerada fundamental ao analisá-lo e:

“onde é necessário incorporar as dimensões das relações de poder e de conflitos aí envolvidos. A globalização não pode ser dissociada dos dilemas de poder que engendra para as diferentes realidades nacionais (ORTIZ,1994 apud MILANI, LANIADO, 2006, p. 492); tampouco ela afasta conflitos existentes entre Estados e setores sociais, ou entre os ganhadores e perdedores, conflitos esses constantemente revividos simbolicamente nas manifestações públicas contra as atividades das diversas agências internacionais. São as dimensões do poder e do conflito que permitem, constantemente, reavaliar os aspectos qualitativos e extensivos da globalização, que têm acentuado desigualdades sociais em vários recortes dos sistemas (emprego, distribuição de riqueza, educação e saúde, migração, etc.). Diniz (2000) reafirma que as questões de natureza política são indissociáveis do entendimento do processo de reestruturação mundial da economia, pois o mesmo se viabiliza através de redes transnacionais de conexões através das quais se articulam os grupos e interesses internos e externos, transcrevendo escolhas e ações estratégicas de implementação de política de impacto transnacionais. Ou seja, o poder e os agentes são partes constitutivas das análises sobre globalização que não devem ser desencarnadas dos seus atores.”MILANI, LANIADO, 2006, p.492 Assim, soa ingênua, mesmo que apresentada de maneira caricatural, a imagem de “jovens que comem hambúrgueres do McDonald's, e que andam pelas ruas de Walkman” (WOODWARD, 1996, P.20) como aqueles que eventualmente produzem a globalização. O que talvez possa se mostrar um exagero na medida que jovens de todo mundo que comem hamburgues do McDonalds necessariamente estão inseridos na globalização, como consumidores globais de produtos sem identidade. Tende-se, nesse caso, a pensar que o cidadão integralmente globalizado é aquele habituado à assistência de ópera no *Concert Gebonw* e que não está em equivalência de percepções, em especial à luz de sua cultura, do habitante do interior holandês. Nem se pretende considerar aqui, a relação que se possa estabelecer entre o cidadão de uma cidade como São Paulo, com um determinado padrão de vida, frente ao habitante de uma cidade do nordeste brasileiro. Não necessariamente uma situação é ato-contínuo da outra. O mundo globalizado, e isso não se pode esquecer, é um mundo desigual.

“Ademais, pode-se dizer que, se por um lado a globalização habilita Estados e setores a um engajamento mais intensificado nos sistemas de troca, por outro, ela constantemente restringe, pois impõe uma seletividade” (MILANI, LANIADO, 2006, p.492).

Por fim, ainda em se tratando do conceito, cabe mencionar Dieckhoff (2000, p. 27) que contextualiza a globalização como algo que “efetua-se em torno de uma rede de grandes metrópoles nas quais se concentram as atividades de trocas, enquanto em áreas imensas (...) são puras e simplesmente ignoradas”.

4 NAÇÃO, ESTADOS NACIONAIS E MIGRAÇÕES

Alain Dieckhoff (2000) chama a atenção de que, em tempos de Guerra Fria, de filiações aos opostos, o papel das nações no cenário internacional, passou a uma secundariedade, diante da filiação maior aos dois projetos em curso, o capitalismo e o socialismo. No entanto, com o fim do tensionamento gerado pela bipolaridade, um conjunto de novas percepções foi se gerando no cenário internacional: incorporação de novas agendas, novos atores, novas redes e, mesmo diante da bipolaridade, maiores responsabilidades “aos vencedores”. Os Estados Unidos, potência que cristalizaria a ideia de nação vencedora em si, passam a cumprir um papel hegemônico no cenário internacional. Esse papel se impõe sob uma condição paradoxal em que “nunca um Estado acumulou tantos recursos caracterizadores de potência quanto os Estados Unidos nos dias de hoje; jamais, no entanto, essa potência teve tão pouco domínio sobre os problemas com os quais se confronta” (BADIE, 2006, p. 385). Essa afirmação remete a outra não menos importante em que o conceito da teoria das Relações Internacionais, de “estabilidade hegemônica” pode ser substituído pela hipótese de “instabilidade hegemônica” (KINDLENBERG, 1973 apud BADIE, 2006, p. 386). No curso da história, criaram-se as condições para a afirmação e reafirmações identitárias e gerando condições estruturais a essas, o fortalecimento das nações, espaço por excelência das diferenças. O fenômeno, antes de ser pontual, ou desarticulado, estendeu-se por várias áreas do planeta.

É possível que se esteja assistindo, no cenário internacional, ao último movimento vigoroso de afirmação das nações. Pois, é inegável entre os teóricos, independente de matriz adotada, que o papel dos Estados Nacionais está em discussão. Nesse sentido, a globalização é o elemento central da tensão. Aquilo que Vaz (1999, p. 63) nos coloca como “a vertente inovadora da globalização coloca em cheque a estrutura tradicional dos Estados, em seus atributos e prerrogativas”.

Em uma análise diferenciada, ou problematizada sobre a derrocada das nações, Anderson (2005, p. 22) apresenta que “a realidade é muito clara: o ‘fim da era do nacionalismo’, há muito

profetizado, não está nem remotamente à vista. Na verdade, o factor nacional é mais universalmente legitimado entre os valores da vida política do nosso tempo”. Não de outra forma, qualquer discussão acerca de migrações dialoga com a noção e a implementação dessa noção, em Estados Nacionais, consagrados na paz de Vestfália, em 1648. No campo das Relações Internacionais e confrontado com o desenvolvimento global, transforma-se no estrangulamento a ser superado e que aproxima do já mencionado pensamento de Peralva (2008) sobre a necessidade de superação de estatutos anacrônicos frente à realidade. Badie (2006) e Ruggie (1993 apud MILANI, LANIADO, 2008), ainda se perguntam:

“A soberania territorial não é contemporaneamente contestada pelos fluxos transnacionais? O Estado, ao aderir aos processos de construção de espaços regionais de integração, não estaria cedendo partes de sua soberania? Já que vivemos em um mundo cada vez mais interdependente, como justificamos a recusa em assumir a responsabilidade pelos danos sofridos por pessoas vivendo em outros países? Quais são os argumentos que julgamos válidos para negar o acesso ao mercado de trabalho de imigrantes oriundos das regiões mais pobres do planeta? Temos o direito de restringir a autonomia cultural de minorias estrangeiras vivendo em nosso país?”

Questões que se colocam e que precisam problematizar o papel que os Estados têm.

Voltando a Anderson (2005, p. 25), que nos propõe

num sentido antropológico, (...) a seguinte definição de nação: é uma *comunidade política imaginada* e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana. É imaginada porque até seus membros da mais pequena nação, nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros desta mesma nação, mas ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão (grifo meu).

Nesta mesma vertente de raciocínio, poder-se-ia aludir que a nação, garantiria “uma certa estabilidade (simbólica) e uma credibilidade de base imaginária no que concerne à transmissão da lei de geração a geração” (KEHL, 2005, p.13) e de alguma forma organizaria os cidadãos, distanciando-os do mais simples individualismo. Neste sentido, há algo de mítico no papel que desempenham as nações. Evidentemente, que não só. Assim,

a nação é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda. Em última análise, é uma fraternidade que torna possível que, nos últimos dois séculos, tantos milhões de pessoas, não tanto matassem, mas quisessem morrer por imaginários tão limitados (ANDERSON, 2005, p. 26).

Dessa forma, Anderson convida a verificar as raízes culturais do nacionalismo para que assim se compreenda sua potência histórica e humana.

Há um conjunto de circunstâncias humanas que o mercado é incapaz de responder. Na lógica estrita dos mercados, fatos como: “Por que o meu melhor amigo é paralítico? Por que tem a minha filha perturbações mentais?”, na visão de Anderson (2005), não são passíveis de resposta no campo dos pensamentos evolutivo/progressistas. A lógica do mercado não responde a essas questões, como também, a lógica do Estado, e não se fala aqui das nações, e sim da estrutura de Estado, burocrática, também não o fez. Mas, “as religiões propõem-se a explicar”. Nos últimos tempos, os discursos e práticas acerca da vida se apóiam cada vez menos em razões filosóficas e cada vez mais em razões de mercados. “É que as razões filosóficas e religiosas, as grandes utopias políticas apontam sempre para além da banalidade do nosso dia-a-dia, para um devir, uma transformação do sujeito ou do mundo que ele habita. Ao passo que as razões do mercado se consomem em si mesmas produzem repetidamente seu próprio esgotamento cada vez que são satisfeitas – pois sua satisfação não remete a nada além da fruição presente do objeto, da mercadoria, do fetiche” (KEHL, 2005, p. 11). É nessa perspectiva de análise que Anderson (2005) identifica o vigor das nações, e o papel que ela desempenha até os dias de hoje.

Mas ainda especulando sobre o conceito de Anderson (2005), a ruptura promovida com o Estado clerical, e a valorização da razão, deixou antever vazios gerados nas pessoas, que respostas até então apresentadas pelo divino, não mais tinham amparo. Ou

o século do Iluminismo, do secularismo racionalista, trouxe consigo o seu próprio obscurantismo moderno. (...) Tornava-se então imprescindível uma transformação secular da fatalidade em continuidade, da contingência em sentido. Como veremos, poucas coisas se adequavam (ou se adequam) tanto a esse fim como a ideia de nação.

Assim, “se os Estados-nação são amplamente reconhecidos como ‘novos’ e ‘históricos’, as nações às quais dão expressão política surgem sempre como emanções de um passado imemorial. (...) A magia do nacionalismo é converter o acaso em destino” (ANDERSON, 2005, p.33).

E se se pretender observar esse fenômeno sob outra perspectiva, a dos judeus, desde que Tito, o general romano, arrasa Jerusalém, é no judaísmo que os judeus encontram amparo para promover a manutenção de um povo, por todo mundo. A destruição do templo e a territorialidade abalada é, então, preservada pela cultura judaica. Mas, se seriam as nações estruturas imaginadas de religião dos humanos, potencializando o conceito na sua visão religiosa, não estaria o mesmo para além das fronteiras nacionais, essas sim, consagradas, pela Paz de Vestfália? Talvez, a chave da questão da manutenção dos limites impostos aos migrantes, em especial, não esteja nas nações, tal como concebida por Anderson (2005), e sim, nas estruturas do Estado. Que nesse caso, se confundem com as nações.

No entanto, antes que se possa avançar, Anderson (2005) alerta que não é possível reduzir o conceito de nação a transposição linear do conceito de igreja. Nação não é igual à igreja, dito de outra forma. No entanto, a riqueza de análise expressa por Anderson, não está calçada na longevidade das nações, ou do nacionalismo e sim no aspecto que assemelha: entre cultura e nacionalismo. Para isto, debruça-se sobre aspectos históricos, seus significados, as alterações desses significados e, fundamentalmente o alcance de “sua legitimidade emocional tão profunda”. O que interessa mesmo é a verificação dos elementos que constituem as nações e nesse sentido, a percepção e acuidade de Anderson pode nos dar pistas do que as fortalece.

Em Dieckhoff (2000), encontrar-se-á uma visão que checa a naturalização da vinculação entre globalização e fluxos. Para ele,

essa visão cônica, que preconiza que a multiplicação das trocas econômicas, a constituição de redes de comunicação mundiais, a difusão de uma cultura de massas estandardizada conduzem a uma diluição das especificidades nacionais – *mais uma vez o específico em contradição, ou problematizado com o global* – e um esbatimento progressivo das barreiras entre os povos merece ser analisada (DIECKHOFF, 2000, p. 22) (grifo meu).

A isso ele denomina “a percepção otimista da globalização” (idem, ibidem).

Compartilhando a mesma linha de raciocínio de Anderson (2005), acompanhando uma determinada visão do desenvolvimento das nações, Dieckhoff (2000) identifica similaridade no pensamento liberal e mesmo marxista, como sua antítese, para o tema da globalização e de seus desdobramentos. Assim, ele propõe que se relativize a globalização, tema a ser ainda retomado neste trabalho.

Mas, para efeito de que se compreenda a visão de Dieckhoff, sobre o papel do nacionalismo, esse poderia ser sintetizado pela afirmação de “o nacionalismo exprime-se com um vigor renovado precisamente no momento em que os homens se assemelham cada vez mais” (DIECKHOFF, 2000)

Acrescente-se a essa afirmação o rico descortinar que se faz acerca do processo em que se entrecrocavam identidades e globalização. Para Dieckhoff (2000, p.25) fato de que “homens oriundos de sociedades diferentes e habitando nos quatro cantos do planeta partilham certos traços comuns: hábitos de consumo, referências culturais, valores, utilizando-se da expressão de Norbert Elias “conduz objetivamente a uma convergência de modos de vida, e concepções, de representações. Porém, esta aproximação é em si mesma geradora de diferenciações simbólicas fortes, em particular através das reivindicações identitárias, quer estas sejam nacionalistas ou étnicas”. Dessa forma, o nacionalismo se afirmaria, invariavelmente e de forma mais profunda, nos momentos em que se faz necessário uma afirmação identitária.

Considerando ainda uma análise dos pressupostos impressos no conceito de nação, cabe notar que este, o conceito, enfrenta relações de tensão em sua aplicação dentre os povos. Em Tocqueville apud DIECKHOFF, 2000, p. 29: “Os povos parecem caminhar para a unidade. Vínculos intelectuais unem entre si as partes mais afastadas da Terra e os homens não poderão ficar um só dia estranhos uns dos outros”. Aproximando-se do conceito de identidade, diz “quando as condições diferem pouco, as mínimas vantagens adquirem importância” e, “a globalização tem contribuído, desde o século XIX, para sustentar as lógicas identitárias” (DIECKHOFF, 2000, p. 31).

Contudo, fica-se com a impressão de que o impacto das nações sobre as migrações, num ambiente globalizado, é carregado de símbolos e de práticas, eventualmente conflitantes e convergentes. Os Estados nacionais assumem o papel ao mesmo tempo de protagonistas e de porta-vozes de uma noção de nação amparado em relações identitárias e noções de cultura.

Nesse sentido, é preciso que se proporcione uma aproximação entre estes dois conceitos e a questão central aqui proposta do diálogo possível entre globalização e migrações.

Mas, ainda, voltando à problematização do tema nação e sua relação com o tema da globalização é também importante observar que as reivindicações nacionalistas são produzidas amparadas em paradoxos, a que Dieckhoff (2000) chama de o “paradoxo nacionalista”. Para tanto, utiliza-se da abordagem antropológica de Lévi-Strauss (1961 apud DIECKHOFF, p. 28) de que “existem simultaneamente, nas sociedades humanas, forças que operam em direções diferentes: umas tendem para a manutenção, e mesmo para a acentuação, das particularidades, enquanto as outras agem no sentido da convergência e da afinidade”. E, ainda,

as grandes narrativas conectivas do capitalismo e da classe dirigem os mecanismos de reprodução social, mas não fornecem, em si próprios, uma estrutura fundamental para aqueles modos de identificação cultural e afeto político que se formam em torno de questões de sexualidade, raça, feminismo, *o mundo dos refugiados ou migrantes* ou o destino social fatal da AIDS (BHABHA, 1998, p. 25) (grifo meu).

Assim, a dialética que se estabelece para as nações e de que elas subsistem, à luz da confrontação de “convergências/divergências” que estabelecem com as outras nações e onde os valores se impregnam da culinária local, de um jeitinho ou de outro, dos códigos produzidos e reproduzidos ao longo do tempo e onde fundamentalmente se estruturam relações de poder.

Importante notar que os espaços globais e mesmo virtuais, notadamente aqueles produzidos pela informação, geram demandas para os locais concretos. Esse processo é identificado como sendo os obstáculos que o capital enfrenta para sua própria afirmação. Na percepção de Dieckhoff (2000) “ o capitalismo se assemelha a Cronos a devorar seus filhos, ele não deixa de tropeçar

incessantemente em condições de produção particulares – sejam elas naturais (geográficas, climáticas) ou sociais (antropológicas, históricas), que lhe é necessário ultrapassar. Não apenas se depara constantemente com limites imanentes à sua natureza, como o seu próprio desenvolvimento exige a criação permanente de novas bases de expansão”.

Assim, acredita-se que a ideia de nação é aquela expressa em Anderson (2005) que, de maneira análoga a um organismo sociológico que se move ao ritmo do calendário, através de um tempo vazio e homogêneo, é precisamente a ideia de nação. (...) Um americano nunca conhecerá ou saberá sequer o nome de mais de uma mão-cheia dentre os seus 240 milhões de concidadãos americanos como ele. Não faz ideia do que os ocupa num dado momento. Mas confia plenamente na sua atividade, continuada, anônima, simultânea. O que poderia reforçar a ideia de vínculo social estruturado.

Os aspectos aparentemente vinculantes entre religiosidade e nação, ou melhor, nacionalidade, está mais de acordo com a ideia de religar, que o termo religião encerra e não ritos próprios de agremiações religiosas. Assim, assimilando os discursos até aqui desenvolvidos acerca de nações frente a migrantes e tendo seus interesses mediados pelo Estado, percebe-se que a transposição das barreiras que se apresentam aos primeiros poderão ser transpostas, de um lado pela ruptura do arcabouço simbólico de pertencimento ao que Anderson (2005) chama de comunidade imaginada ou de outra parte, pelo aniquilamento desse mesmo sentimento de pertencimento, o aniquilamento do caráter simbólico em detrimento de uma aceitação da lógica estrita dos mercados. O custo que isso poderá acarretar à segurança dos Estados, dos territórios e mesmo das pessoas, nativos ou migrantes, ninguém poderá saber. No entanto, alguns exemplos podem ser levantados para a reflexão desse impacto: os acontecimentos da França e dos Estados Unidos, na década passada, com fortes ondas xenófobas e paralisadas ao enorme custo social e de repressão, traumatiza ainda, a todos que puderam acompanhar. Ou ainda, as ondas ditas de extrema-direita que reivindicam um papel de sobreposição frente aos Estados, e onde os problemas que advêm da relação nativo-migrante são resolvidos à luz de violência. Violência esta que se expressa quando há aniquilamento do diálogo, conforme nos ensina Arendt (2008).

5 A QUESTÃO DA CULTURA

É comum ao cidadão atual identificar traços mais ou menos estandardizados, padronizados na produção e no consumo da cultura. Hoje em dia, consome-se um mesmo pacote cultural em todos os cantos do mundo. A isso, denomina-se cultura em tempos de globalização.

E “onde, cada vez mais, as culturas ‘nacionais’ estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas” (BHABHA, 1998, p. 25).

Dessa forma, um debate que leve em conta a questão da cultura, precisa considerar, no mínimo, essas duas formas de encará-la ou de vislumbrá-la espacial e temporalmente: de um lado, considerando-a como a afirmação de particularidades; de outro, pela ruptura dessas.

O problema que se coloca ao suplantarmos uma visão particular de cultura não está necessariamente estruturado no problema em si. O problema real é aquele que permite que mesmo o indivíduo, ou um agrupamento social, uma determinada sociedade, acesse a cultura e de que lugar se dá esse acesso. Do contrário, a internalização, a apropriação de novos códigos culturais poderá assumir exterioridade diante desses. Bhabha (1998) tem razão ao afirmar que essas formas culturais particulares resultam da “perspectiva de minorias destituídas”. E dessa forma, jovens que comem McDonald's são jovens alienados de uma condição global, ou dito de outra forma, são jovens inseridos na globalização pela porta da reprodução de comportamentos. Não impede que o mesmo jovem coma seu McDonald's desprovido de qualquer sentido e que quando demonstre vínculos estruturantes com a cultura o faça por suas particularidades.

Mas, talvez, esteja na cultura um dos elementos mais dinâmicos do fazer social.

No sentido antropológico do termo, não são entidades dotadas de uma substância intemporal e permanente. Elas não constituem totalidades orgânicas com fronteiras impermeáveis. (...) Porém, cada uma delas possui uma certa configuração própria que permite identificá-la e distingui-la das suas vizinhas. Sem essa coerência interna mínima, a diversidade cultural não seria sequer imaginável (DIECKHOFF, 2000, p. 40).

Essa visão deve ser entendida com determinado cuidado. No conceito de cultura, é preciso que se observe o impacto que este conceito tem nas sociedades como também a forma com que ele se afirma no cotidiano dessas. Não se percebe, necessariamente, no diálogo cotidiano, no espaço de intercâmbio cultural, entre sociedades e pessoas, que sejam necessariamente marcado por polaridades, no campo das demarcações. É possível que essas particularidades, especialmente dada a circulação de informações, de conceitos, de linguagens, de saberes, a partir de ritmo de afirmação-denegação constante, se mostrem em parte imperceptíveis. Dessa forma, a afirmação de Dieckhoff (2000) esteja relacionando cultura e poder, que, quando afirmadas em conjunto, podem derivar

para a calcificação do específico. Martins (2002) nos alerta que é preciso diferenciar o campo das ideias do uso que essas podem assumir quando confrontadas com os campos de poder.

E além, “o trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com o ‘novo’ que não seja parte do *continuum* de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. (...) O ‘passado-presente’ torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver” (BHABHA, 1998, p. 27). É nessa perspectiva que o olhar sobre a cultura ganha sentido dinâmico.

No entanto, do ponto de vista histórico, a cultura decorre de um momento específico do advento burguês. É, na segunda metade do século XVIII, que indivíduo e nação surgem como fenômenos de uma mesma gênese. Esses fatos, não isolados, recriam-se em um conceito único e reforçam a consolidação dos Estados-nação e onde a cultura como forma organizada deste pensamento, se afirma. O conceito atual de civilidade das relações, em contraposição ao período predecessor, é cunhado e implementado nessa mesma matriz.

Nas sociedades agrárias, face a um estrato dirigente (...) que domina sozinho uma alta cultura, a massa de camponeses permanece encerrada em comunidades rurais fechadas sobre si mesmas e não partilham sequer uma cultura popular. (...) A divisão do trabalho exige, com efeito, uma mobilidade social acrescida, que passa por uma formação estandardizada e (...) por uma cultura comum. (...) A função da cultura altera a sua direção: enquanto nas sociedades pré-modernas ela permitia marcar as diferenças de estatuto, passa doravante a sublinhar a proximidade entre os membros de um mesmo conjunto social e serve para consolidar uma nova forma de comunidade, a nação (GELLNER, 1983 apud DIECKHOFF, 2000, p. 41).

Assim, a cultura cumpre uma dupla função: “provar a existência do povo ao conferir-lhe uma aparência de unidade (...) e contestar a ordem política a que este povo está submetido” (DIECKHOFF, 2000, p. 44). Nesse sentido, sua dinâmica perpassa necessariamente pela destruição de paradigmas previamente consagrados.

Uma abordagem mais abrangente de nações necessariamente dialoga com cultura. O tema da cultura, por sua vez, necessita de atualização conceitual, constante. Na antropologia, a cultura esteve ligada a padrões de comportamento de um determinado povo, “o modo de vida de um povo” (MARTINS, 2002, p. 43).

Nessa perspectiva de análise, nos indica que a cultura “segue três vertentes: a individual, a coletiva e a pública ou estatal. As três interagem num sistema de circulação de idéias e de produtos, chamado mercado”(MARTINS,2002, p.43). Assim, concorrem elementos particulares e globais de circulação de informações, ideias no campo da cultura. Dessa forma, a cultura cumpre o papel de

organizar e interpretar o tempo presente. Conforme já mencionado, a cultura promove a subversão de padrões.

Por isso, o reprocessamento, promovido pelos Estados nacionais e, em especial, pelos seus dirigentes da questão cultural, remete ao confinamento mesmo dessa, por sua afirmação e reafirmação, pois esses limites promovidos permitem personificar o conceito de nação, e nesse caso, de seus dirigentes.

Fanon reconhece a importância crucial para os povos subordinados, de afirmar suas tradições culturais nativas e recuperar suas histórias reprimidas. Mas ele está consciente demais dos perigos da fixidez e do fetichismo de identidades no interior da calcificação das culturas coloniais (BHABHA, 1998, p.29).

Martins (2002, p. 62) nos argumenta, com pertinência, que a cultura tem, em seu mundo,

duas entidades formais, abstratas: o Estado e o mercado. No âmbito das Relações Internacionais, ambas são incontornáveis. A política de gestão da sociedade institucionalizada em Estado e a atividade econômica, regulada primariamente pelo mercado, pertencem também ao âmbito das relações sociais e culturais, em que a iniciativa pessoal, condicionantes históricos e operações de orientação e planejamento, em grau diverso de sofisticação, interagem. O modo de vida de um povo continua existindo como elemento identificador de uma comunidade. (...) Como observa Clifford Geertz, praticamente todos os quadrantes do globo se encadeiam numa interminável série de entidades chamadas república disso, reino daquilo, federação tal, união qual.

E, novamente se coloca a questão de que os Estados promovem políticas que gerem “lealdade a ele (ou à nação) como um fator crucial de equação social” MARTINS (2002).

Assim, avança Martins (2002, p. 65)

O mundo moderno – ao menos o mundo dos Estados centralizados e consolidados no espaço europeu e no espaço dependente da expansão valorativa, governamental e econômica da Europa, tomando-se por base o regime dos Tratados de Vestfália (1648) – tem no Estado Nacional um eixo constitutivo substancial. E a cultura nacional correspondente – espontânea, induzida, manipulada ou uma combinação dinâmica desses elementos – passa a ser vista como um qualificador igualmente substancial de todo e qualquer ser humano.

Dessa forma, a cultura é confrontada com nação, como se fossem termos interligados naturalmente e não fosse resultado de uma determinação política clara dos Estados nacionais que conformam sua ação, não somente baseados na soberania e na territorialidade, como também em dois campos simbólicos de enorme poder de coesão: nação e cultura. Assim, Dieckhoff (2000, p. 45-46) nos alerta que

os fluxos migratórios não devem, com efeito, fazer perder de vista que a imensa maior dos humanos continua a viver no seu contexto nacional e não procura mudar.

Não há dúvida que esta fidelidade corresponde a uma lógica instrumental: é mais simples evoluir numa sociedade na qual nos socializamos desde a infância do que iniciar uma vida nova num contexto diferente cujas regras de funcionamento deveremos necessariamente aprender. Porém, seria errado interpretar esta fidelidade unicamente em termos de cálculo; ela é igualmente a manifestação deste ideal de autenticidade que conduz o indivíduo – sendo, aliás, todas as coisas iguais – a permanecer no seu universo cultural em lugar de ingressar noutro.

Não há como não se perceber o caráter aglutinador da cultura para as sociedades. A transferência simbólica que a cultura cumpre é inquestionável. O que talvez possa tornar questionável é seu caráter imutável. A cultura é, antes de tudo, um elemento dinâmico e herético. Constrói-se em sua própria afirmação-desconstituição.

Martins (2002, p. 47) nos revela, adequadamente, que o a cultura traz o elemento da memória, nesse caso, a memória cultural, “constituída pelo conjunto da evolução temporal da sociedade e dos vestígios que, nela, foram conservados para além de seus respectivos momentos presentes”. Esse efetivamente é papel da cultura para as sociedades. O que se pode perceber é que a cultura, em que pese impacte a afirmação identitária de uma nação, não o é em si. O seu impacto oferece mobilidade conceitual e vivencial nas sociedades para que, mesmo afirmada, no particular, possa inserir-se no global. No entanto, correlato à cultura, é necessário que se trate de identidades, que, talvez, nesse aspecto, a mobilidade se mostre contraditória com o próprio conceito.

6 IDENTIDADE NO ESPAÇO DAS MIGRAÇÕES

O que é identidade?

Há um conjunto importante de definições acerca de identidade. É inegável que o tema identidade é projetado com maior intensidade quando se rediscute os espaços em que estas se assentam, do ponto de vista social, às nações. As nações são espaços de excelência de afirmação das identidades, aquelas de tipo particular. No entanto, o que se poderá perceber é que se vista a partir de um olhar individual ou mesmo social, seus pressupostos se mostram razoavelmente constantes.

Há também, uma determinada constância em afirmar que identidade é algo relacional. Assim, como se manifesta de maneira regular, a ideia de que identidade é afirmada pela diferença. É ao diferenciar que se reconhece o outro.

De uma forma, a avançar na questão de identidade, é sempre importante que se observe que em sendo e relacional e também diferencial, o que se faz quando se enfrenta o outro, o princípio da alteridade.

Por fim, que relação a identidade tem com o tema das migrações e seus impasses.

Desde muito tempo, as ciências sociais e a psicologia discutem a questão da identidade. Uma, a social; a outra, a individual. No entanto, ambas estão invariavelmente compostas por componentes de subjetiva, individual ou coletiva, que coloca o campo de análise em um constante porvir. Como se as afirmações a respeito estivessem sempre subjugadas por novas afirmações.

No entanto, uma situação que é estruturante da identidade “é o sentido (...) pois nunca estamos presentes na insignificância” (LANDOWSKI, 1997, p. 03). Na música, assim como na vida, sempre se está presente a pergunta: “Como está você?”. Este você, que não sou eu) e que, portanto, ganha significado quando se se significa.

Nos estudos de identidade que se teve acesso, parte-se de supostos que identidade, é passível de checagem na confrontação “ como um sistema de relações no qual, por exemplo, o ‘dia’ não é ‘noite’, no qual a ‘vida’ se opõe à ‘morte’, no qual a ‘cultura’ se diferencia da ‘natureza’, no qual o ‘aqui’ contrasta com o ‘acolá’”(LANDOWSKI, 1997, p.03). Assim, “ não é diferente com o ‘sujeito’ – eu e nós – quando o consideramos como uma grandeza *sui generis* a constituir-se do ponto de vista de sua ‘identidade’(...)O que dá forma à minha própria identidade não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo; é também a maneira pela qual, transitivamente, objetivo a *alteridade do outro* atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele.” (LANDOWSKI, 2002, p. 4-5). A esta afirmação de Landowski, que relaciona o eu com o outro, e que, portanto, a existência de um está no reconhecimento do outro, se pretende voltar quando se tratar do tema da identidade às migrações.

Neste instante, explorar-se-á um pouco mais o conceito pra que se possa verificar sua constituição.

Segundo Hall (1996 - apud WOODWARD, 1996, p. 8), “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. A representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior”. Já para Rutherford (1990 apud WOODWARD, 1996, p.19), “a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora, (...) a identidade é

a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação”.

Para Martins (2002, p. 55), “pode se trabalhar com processos de construção de identidades por quatro vias, não excludentes e, no mais das vezes, entrelaçadas: identidade por assimilação, ou apropriação, identidade por contraste, identidade por rejeição e identidade por diferença”.

Na mesma linha de raciocínio de Landowski (2002), Martins (2002, p. 55) nos argumenta que “a identidade por assimilação ou apropriação, também chamada de aculturação, corresponde ao processo de submissão do sujeito ou da comunidade a um outro ou uma outra que se funde. (...) Esse é o caminho mais comum ao desenvolvimento do homem”. Landowski (2002), por sua vez, usa a expressão de que, segundo ele, dito de forma livre: é comum a todo francês diante do outro é manifesta pela expressão: “você não poderia então fazer como todo mundo?”, onde o mundo é a própria França e os franceses.

Seguindo ainda a trajetória desenvolvida por Martins (2002, p. 56), a identidade se dá por contraste quando

se elabora em um processo de diferenciação do outro mediante reforço sistemático dos elementos que lhe são incomuns. (...) A preservação das tradições folclóricas em comunidades de imigrantes, sem que haja contraposição ou oposição à(s) cultura(s) predominante(s) na sociedade global em que se encontram os imigrantes, é um bom exemplo deste tipo de identificação por contraste. (...) A identificação por rejeição representa uma forte agudização dos processos conflituosos.

E, por fim, na visão de Martins (2002, p. 57), a identidade por diferença

é um componente comum às outras formas de construção identitária. No processo temporal da consciência histórica, a afirmação dos indivíduos e dos grupos se dá na sucessão e na contemporaneidade do pensamento e da cultura produzidos pelos próprios homens mediante a constituição da diferença. A consciência da diferença, necessariamente decorrente da contemplação do outro, pode derivar para a assimilação, para o contraste, para a rejeição. No entanto, o fiel do processo decisório é a consciência da diferença, ou das diferenças, se preferir.

Gordon Mathews (2000 apud MARTINS, 2002, p.66)

“argumenta que a identidade étnica não é o ponto principal de ancoragem, na atualidade, do problema cultural e nacional. Este se concentra no jogo do mercado, maior fator a influenciar a crise de identidade nacional. É certo que identidades étnicas podem opor-se aos Estados existentes, mas obedece à mesma lógica categorial que os Estados – como idéia de pertencimento identitário alimentada pelo Estado, a identidade étnica opera igualmente com a ideia de um determinado povo vinculado a um determinado lugar. A identidade do mercado, por outro lado, baseia-se no pertencimento a lugar nenhum em particular e a todos

indistintamente, tanto no aspecto material como no aspecto cultural. A assim chamada globalização não é um fenômeno restrito aos sistemas de produção e troca, mas inclui a política e a cultura. Estar à vontade, por assim dizer, em qualquer ponto do mundo seria um requisito crucial no início do século XXI. Esse mercado certamente subsiste, como uma espécie de supermercado material, fazendo circular produtos do mundo inteiro, por todo o mundo. Seu reflexo espetacular no plano das ideias é a cultura, na qual circulam informação, identidade, afirmação de si, negação do outro, do mundo inteiro, por todo o mundo” (MARTINS, 2002, p. 66-67).

No entanto, é importante que se verifique, diante desta construção e desconstrução identitária coletiva, até que ponto a afirmação de particularidades colidem com os interesses nacionais de fato. Pois, é ambígua a posição que podem assumir nativos do destino, frente a migrantes. Há mesmo, segundo o *RDH* (2009), um sentimento favorável à diversidade. No entanto, esse sentimento, quando confrontado com questões que envolvem materialidade – mercado de trabalho, renda, aumento da carga tributária, etc –, reverte à posição desse nativo para o rechaço ao migrante. Nesse sentido, mais uma vez, o argumento de ordem econômica se sobrepõe àqueles de ordem simbólica e identitária, podendo, inclusive, gerar, como mencionado, um sentimento favorável diante do outro.

Para tanto, os Estados cumprem o papel de mediação desses interesses, não de forma neutra, mas incorporando os interesses próprios de seu dirigentes.

É dessa forma que se retorna ao conceito de Landowski (2002) para identidade e de onde se pode depreender que o mesmo retoma o tema de que identidade é relacional e o outro é afirmado no significado que um dá ao outro a ele, o que, dito de outra forma, nos indica que a presença do migrante, do ponto de vista social, dialoga com diversidade e também com diferença e, diante dessas, eu afirmo minha identidade. minha identidade, não se percebe aqui uma motivação consistente para o rechaço à presença do migrante, do estranho. Pois a estranheza do outro só poderá ser reconhecida pelo nativo, quando ele gera simultaneamente um sentimento social de pertencimento e, porque não dizer, de empoderamento.

7 RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2009: UMA PROPOSTA AOS ESTADOS-NACIONAIS

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 traz em sua estrutura um conjunto de recomendações a serem analisadas, debatidas e implementadas pelos Estados-nacionais. Países de recepção, países de envio. O referido Relatório não se propõe a ser uma agenda política, nem poderia sê-lo. Reconhece a autonomia dos Estados na definição última, dos passos dessa agenda. Por ser sua, a entende como sendo de médio e longo prazo, para efetivamente implementada. Apresenta-a como um conjunto de propostas que podem ser implementadas em parte, mas reconhece que seria de enorme valia se fosse implementada no seu conjunto. Busca emular os Estados a adotá-la a partir de experiências localizadas sobre pontos de uma agenda global, podendo ser implementada conforme as condições políticas permitam. No entanto, pretende ser um parâmetro para a discussão em torno do tema migrações. O reconhecimento que se faz aqui frente às propostas ali apresentadas é o que se chamaria da constituição do estatuto da demanda. O estatuto da reivindicação. Diante da credibilidade atual que se tem vivenciado sobre as agendas capitaneadas pelo sistema ONU, é possível que não se identifique eficácia em sua implementação. No entanto, cabe analisá-las, ponto a ponto, compatibilizando-as com o tema desta monografia, ou seja, globalização e impacto sobre as migrações internacionais. Dito de outra forma, o RDH busca confrontar o processo de globalização ou, pelo contrário, busca gerar adequações a essa nova condição mundial, no que toca às migrações?

Da leitura feita, pensa-se que o RDH promove dois pontos, simultaneamente: a afirmação do modelo econômico e político em curso, ao mesmo tempo que pretende tratar de suas lacunas.

O pacote é composto de seis eixos estruturantes. Encadeados entre si, pretendem dar a dimensão dos problemas e as soluções a se implementar.

Compõem o pacote:

1 – Liberalização e simplificação dos canais regulares:

Aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total de migrantes tem um estatuto irregular em função das barreiras estabelecidas para sua permanência nos países. Evidentemente que essa situação gera enorme fragilidade para todos os envolvidos, tanto em migrantes quanto nas populações nativas, pois dependente dessa mobilidade de estatuto formal ficam todos conforme a conjuntura econômica em que se vive. Em tempos de crescimento econômico, os países tornam a mobilidade mais atraente, em tempos de crise, ela tende a estancar. De outra parte, a balança do interesse econômico, dada a fragilidade por muitas vezes imposta ao migrante para sua entrada e permanência, torna-o moeda de troca aviltada, o que força a competitividade entre nativos e migrantes na busca de uma vaga de emprego, por exemplo. No entanto, essa postura, que vem caracterizando-se como algo

conjuntural, será, em poucos anos, um problema estrutural dos países, especialmente onde as taxas de nascimento são pequenas ou mesmo decrescentes, podendo, dessa forma, tornar o problema estrutural na maioria dos países, que necessitarão de mão-de-obra em idade ativa para o trabalho e, assim, estar legal pode ser elemento de competitividade para os países, aproximando o migrante de uma situação regular e permitindo que ele vá criando vínculos com o país de destino e comprometendo-se, dessa forma, com o futuro daquela nação – tema já apresentado e discutido ao longo deste trabalho, em que nação aparece como um elemento de ligação dos indivíduos. Assim,

quanto mais tempo as pessoas permanecerem no estrangeiro, maior será a mobilidade social e econômica que elas e seus filhos provavelmente usufruirão. Quando a presença de migrantes é negada ou ignorada pelos governos de acolhimento, o risco de segmentação é em grande medida aumentado, não só no mercado de trabalho e na economia, mas também na sociedade de um modo mais geral (PNDU, 2009, p. 96).

Mas, “como seria essa liberalização e simplificação dos canais de imigração?”

Na visão expressa pelo Relatório de Desenvolvimento Humano, há dois focos a se observar: um que preveja programas sazonais ou circulares e, de outra parte, a possibilidade que se crie para o ingresso de pessoas com baixa qualificação, e que ingressariam sob determinadas condições. Mas, ainda nessa visão, existiria uma terceira ordem de problema a se atacar que diz respeito às pessoas que já tenham migrado e que estão em situação irregular em países de destino. Na medida em que os países de destino globalizaram o ingresso de pessoas altamente qualificadas, tais estatutos ficariam focados naquelas que não têm essa qualificação.

Das propostas que hoje se apresentam, muitos países implementam políticas vinculadas ao setor de serviços e à economia primária. Ambos passíveis de atuação conforme os ciclos. Notadamente, o setor de turismo e o setor agrícola desses países vêm apresentando soluções nesse sentido. Apresentam soluções para a regularização destes trabalhadores, via estatutos criados para essa presença e, de outra parte, vínculos temporais com o país de destino, tendo em vista a vinculação por períodos. A proposta, segundo o que prescreve o RDH 2009, demanda a inclusão de todos os atores sociais que possam estar envolvidos para a solução do problema, notadamente sindicatos, empresas prestadoras de serviços temporários, governos, para que, dessa forma, possa se garantir salários básicos, condições de saúde e de seguridade, escalas valorativas que permitam a aquisição de pontuação e assim o retorno a esse cadastro de oportunidades que poderão surgir e permitir o retorno desse profissional.

Uma segunda linha de abordagem seria a da concessão de vistos temporários vinculados, mais uma vez, ao atendimento às demandas sazonais de mão-de-obra de trabalhadores com baixa

qualificação. A proposta prevê regras temporais, vinculação à escassez de mão-de-obra neste ou naquele setor econômico e, de acordo com parâmetros estabelecidos, por uma rede de atores que podem fazer parte no processo: Estados, sociedade civil organizada – ONGs – voltadas ao atendimento aos migrantes, empresas de intermediação de mão-de-obra, migrantes.

Para tanto, algumas condicionantes se mostram importantes: o estabelecimento do perfil de vagas de acordo com o setor econômico; a sazonalidade com que essas se apresentam; um banco de oportunidades a se disponibilizar para países potenciais de emigração; definição dos perfis desses emigrantes; condições de ingresso, preferencialmente, com essas condições definidas antes mesmo da partida dos migrantes de seus países de origem.

Essa proposta, tendo em vista o grau de informalidade com que se praticam essas migrações, hoje em dia, demanda, necessariamente, um processo de sensibilização de todos os atores envolvidos, pois alteram a cultura estabelecida para esse determinado perfil de fluxos migratórios.

Mas, a compreensão que o RDH estabelece para esse perfil de migrações é de flexibilidade do migrante frente às empresas que intermedeiam mão-de-obra, pois, dessa forma, seria possível a ele, migrante, buscar melhores oportunidades, caso surjam, sem vínculo definitivo com a empresa que inicialmente intermediou a contratação. Na verdade, nesses casos em que eventualmente o trabalhador tenha gerado custos de locomoção, ou mesmo outros que tenham sido gerados, junto a uma primeira empresa, esses custos poderiam ser reembolsáveis a essa empresa, sem prejuízo da portabilidade.

É tema ainda, nessa proposta, a criação de regras intermediárias de permanência, onde se criaria uma regra de transição possa ser previamente estabelecida e assim, viabilizar a permanência com prazo superior àquele inicialmente estabelecido na primeira contratação.

Outro aspecto importante, registrado no RDH, diz respeito à circulação dos migrantes e a capacidade de regularização da permanência desses nos países de destino. Os migrantes, nesse caso, poderiam usufruir gradativamente e sob condições pré-estabelecidas, do direito à permanência. Essa proposta tende inclusive a “obter uma maior aceitação por parte da opinião pública” (PNDU, 2009, p. 99).

Em síntese, esse aspecto, apontado pelo RDH 2009, remete à reflexão sobre a necessidade de se estabelecerem condições mínimas aos migrantes, especialmente àqueles que eventualmente possam estar sujeitos a uma maior precariedade estrutural, tanto em países de origem, de destino e pelos próprios migrantes. Há, com relação a esses migrantes, a preocupação de que também

busquem superar estigmas que foram sendo adquiridos ao longo do tempo e que repercutem na visão negativa que se tem nos países de destino.

2 – Garantia de direitos básicos aos migrantes:

Composto de um conjunto de medidas que tratem de remuneração, tratamento, possibilidade de ir e vir, associadas a direitos básicos como liberdade, segurança pessoal, liberdade de fé e proteção contra o trabalho forçado e o tráfico. No entender do RDH 2009, a responsabilidade de garantir esses direitos básicos cabe, em primeira instância, aos governos de acolhimento, em que pese os países de origem participem do processo especialmente subsidiando aos primeiros sobre direitos e responsabilidades dos migrantes e facultando informações que permitam ao migrante saber das condições que o esperam no país estrangeiro.

Nesse caso, há necessariamente uma vinculação das migrações a algumas variáveis: de que países emigram e pra que países imigram. Essa definição básica poderá definir, em boa parte, as condições que o migrante terá, em sua trajetória, no país de destino.

Há que se considerar, nesse caso, que o migrante é reflexo de suas condições materiais previamente estabelecidas. “Os migrantes que carecem de recursos, redes sociais, informação e vias de recursos são mais propensos a perder em algumas dimensões, tal como aqueles que enfrentam discriminações ou outras formas de discriminação” (PNDU, 2009, p. 99). Uma maior fragilidade, nesse aspecto, poderá acarretar um maior numero de problemas ao migrante e aos países, tanto de origem quanto de destino.

Do ponto de vista normativo, no estatuto das Relações Internacionais, seis tratados internacionais, ratificados por 131 países, contêm cláusulas de não-discriminação e de garantias a migrantes.

“Estes instrumentos são universais e aplicam-se tanto a cidadãos como a não-cidadãos, incluindo aqueles que deslocaram ou que permanecem nos seus locais de origem, independentemente de o seu estatuto ser regular ou irregular” (PNDU, 2009, p. 100).

Também, segundo o RDH 2009, vários protocolos contra o tráfico e o contrabando de pessoas receberam a ratificação de diversos países. Nesses instrumentos de sanção a Estados, o tema que mais se destaca são aqueles referente ao tráfico de pessoas, contendo, dessa forma, o crime organizado e buscando ordenar as migrações nos países.

No campo das relações de trabalho, especialmente aquelas que constaram das convenções da OIT – Organização Internacional do Trabalho, o tema das migrações não obteve forte apoio. Segundo o estudo do RDH 2009, as causas para esse desinteresse são variadas, mas basicamente volta-se ao tema da autonomia dos Estados para a regulação da matéria *versus* mecanismos multilaterais que pretendam implementá-lo. Para citarmos um exemplo emblemático: Em 1990, a Convenção Internacional da ONU sobre a Proteção dos Direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros das suas famílias (CTM) reiterou os princípios centrais dos tratados de direitos humanos, mas foi também mais longe, por exemplo, ao definir a discriminação de uma forma mais clara, estabelecer salvaguardas mais fortes contra a expulsão coletiva e arbitrária e assegurar o direito ao voto dos migrantes regulares, bem como de serem eleitos. Porém, existem apenas 41 países signatários até a data- não mencionada no Relatório- dos quais apenas cinco são países de migração e nenhum pertence à categoria de IDH muito elevado.

Investigando o que está por trás (...) dos países que ratificaram os princípios da convenção, descobrimos que a maioria tem taxas de imigração e emigração abaixo de 10%. Nos países onde a taxa da população migrante ou emigrante excede os 25%, as taxas de ratificação são ainda mais baixas – apenas três em cada 64 assinaram a CTM, embora 22 tenham assinado os seis principais tratados de direitos humanos” (PNDU, 2009, p. 100).

A garantia de direitos dos migrantes, tem sido recorrente em fóruns globais sobre o tema. Porém, a exemplo de outros temas, não se trata do estabelecimento tão somente de estatuto legal, mas sim de sua efetiva aplicação.

Foi nessa perspectiva que

em 2005, a OIT desenvolveu um Quadro Multilateral sobre migrações Laboral, que oferece diretrizes e boas práticas dentro de um sistema não vinculativo, o qual reconhece o direito soberano de todos os Estados determinarem as suas próprias políticas de migração. Esta abordagem do tipo ‘lei suave’ permite a existência de diferenças entre os Estados e uma implementação gradual (PNDU, 2009, p. 101).

Mesmo assim, o Relatório pondera que, em não assinando convenções formais, os Estados não necessitariam prescindir de uma agenda mínima de respeito aos migrantes que constassem os seguintes direitos: remuneração igual para trabalho igual, direito de associação e reivindicação, não estar sujeito a detenções arbitrárias, direito político em caso de detenção com direito a julgamento, não estar sujeito a tratamento desumano e degradante, poder regressar ao país de origem.

Esse conjunto de direitos e de observações, aqui descritos, remete a uma situação de fragilidade extrema do migrante em determinadas condições, em determinados países. Ainda mais

que um argumento contrário a esses direitos seria de que, ao criá-los, estaria se gerando condições para uma maior restrição às migrações, o que, evidentemente, torna o argumento inaceitável e “injustificável em termos morais”.(RDH 2009)

Um ponto já debatido neste trabalho é o de quem é a responsabilidade de garantir direitos básicos ao migrante.

Na visão desse Relatório, essa garantia é dos países de destino. Pois, na medida em que o arcabouço jurídico-político-cultural será naquele país amparado, não haverá qualquer eficácia nos atos propostos pelos Estados de origem, se não houver amparo dessas propostas no país de destino. “Tentativas por parte dos governos de dos países de origem, tais como a Índia e o das Filipinas, de estipular salários mínimos a serem pagos aos emigrantes falharam tipicamente devido à falta de jurisdição sobre esta matéria”.(RDH 2009) Nesse caso, caberia aos Estados de origem proporcionar a maior e melhor quantidade de informações daquilo que poderá ser encontrado no destino. Além disso, enquanto Estados de emigração, proporcionar o aprimoramento não só do regramento formal de migrações, como também, o estímulo a melhores formas de sua aplicabilidade. Evidentemente, que esses mecanismos negociais estarão vinculados às condições por vezes assimétricas que possam se estabelecer entre esses países, comprometendo, dessa forma, a interlocução que se pretenda estabelecer de países por vezes mais fracos, países de origem, com países mais fortes, no caso de recepção.

Além disso, é importante o reforço das estruturas consulares desses países de origem para que possam exercer pressão sobre as eventuais arbitrariedades promovidas nos países de destino.

Ademais, o envolvimento da sociedade civil organizada é fundamental. Essa oxigenação do processo de migração, em que pese gerar insegurança nos governos, por desviar a atenção dos Estados, mostra-se eficaz não somente pela participação em si, o que de regra poderá ser controverso, mas sim porque essa participação gerará invariavelmente a inclusão de aspectos que essas organizações podem trazer ao debate e mesmo à solução de questões que se apresentem na agenda das migrações frente aos Estados envolvidos e mesmo comprometendo as nações com um olhar diferenciado dos temas que importam aos migrantes e nativos. Assim, como essa inclusão de entidades envolvidas na defesa dos interesses dos migrantes se mostra necessária, também entidades empregadoras precisam ser envolvidas na solução das questões que envolvem migrantes. Segundo levantamento feito pelo Relatório de Desenvolvimento Humano 2009, são essas entidades que mais desrespeitam os direitos básicos dos migrantes, tornando assim sua participação essencial.

Ainda na rede de atores a serem incluídos na equação que envolvam migrantes, é necessário considerar os sindicatos. Dados do

Inquérito Mundial de Valores de 2005/2006, abrangendo 52 países, sugere que as taxas de sindicalizações são mais elevadas entre as pessoas com um passado ligado à migração: 22% daqueles que têm um pai ou uma mãe migrante são membros de um sindicato, em comparação com 17% daqueles que não têm. Esta diferença é especialmente grande em países com IDH baixo (PNDU, 2009, p. 101).

Reforce-se, por fim, que o migrante deve desenvolver mecanismos que alterem a percepção que se tem do migrante, como regra, daquele que desestabiliza as relações sociais com sua presença. Para além da percepção de que o migrante desestabiliza as relações econômicas, comprometendo o emprego, é necessário alterar a ideia de ilegalidade e atos contra os interesses dessas sociedades receptoras quando em se tratando de migrações.

3 – Redução dos custos de transações associadas aos deslocamentos:

Migrar para outro país envolve, de forma diferenciada, mas invariavelmente, custos previamente estabelecidos e custos que são acrescidos quando em processo de migração. Barreiras culturais e formais que podem ser analisadas à luz do desconhecimento do migrante sobre as condições que irá encontrar definem, em boa parte, como será o comportamento desses custos. A exemplo do que já foi discutido neste trabalho, quanto maior a fragilidade do migrante, provavelmente maior será sua suscetibilidade frente ao processo de migrações e aos custos que essa migração representa. Dos dados apresentados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano, um dos custos que mais impactam as despesas de migração está vinculado à busca de emprego através de uma empresa de intermediação de mão-de-obra, para um emprego pretendido. Utilizando-se da boa fé que possa demonstrar o migrante em que “nos piores casos, pode resultar no tráfico e em anos de escravidão, abuso violento, culminando, por vezes, com a morte” (PNDU, 2009, p. 102).

“Migrantes asiáticos que se deslocam para os Estados do Golfo, pagam frequentemente 25-35% da quantia que esperam vir a ganhar em dois ou três anos em recrutamento e outras taxas” (RDH 2009, p.100).

A proposta expressa no RDH 2009, nesse assunto, é a de que é necessária a abertura de “corredores” de livre circulação para migrantes. “Trabalhadores bolivianos podem viajar com uma relativa liberdade para a Argentina, assim como se informar sobre empregos e oportunidades através de amigos e parentes por meio de redes sociais que se têm aprofundado” (PNDU, 2009, p. 102).

Reduzir custos, facilitar acesso a documentos, racionalizando o processo burocrático de migrações, revisar fluxos e custos para a movimentação de migrantes são importantes para gerar melhores condições de mobilidade. “Pessoas incluídas no programa México-Canadá que esperam migrar vão à capital seis vezes em média – uma necessidade que levou o governo a oferecer um auxílio para cobrir os custos em viagens” (MARTIN, 2005 apud PNDU, 2009, p. 102).

Faz-se necessário ainda a democratização da informação para que os migrantes possam definir melhor suas escolhas e de posse dessa informação, eventualmente, reduzir custos de deslocamentos. Para isso, é preciso que reforce a inclusão de novos atores, especialmente a criação e estímulo a redes de migrantes que compartilhem informações e possam reduzir o peso que exercem intermediários de mão-de-obra no processo de migração.

Há ainda um tema que precisa ser abordado e que impacta o processo de migrações e que diz respeito à regulação do papel exercido pelos recrutadores privados de mão-de-obra, prevenindo abusos em suas atividades e ao mesmo tempo o estímulo a que essa atividade seja exercida por entidades públicas estatais. A solução desse problema responderia a necessidade de aprofundar o caráter público-estatal do processo de migrações.

O processo de Colombo e o Diálogo de Abu Dhabi são duas recentes iniciativas intergovernamentais destinadas a abordar de maneira cooperada os custos de transações e outras questões. O Diálogo de Abu Dhabi, que teve lugar pela primeira vez em janeiro de 2008, envolveu quase doze países de origem e vários países de destino nos Estados do CCG e OIM serviram de co-anfitriões. Concentra-se em desenvolver parcerias-chaves entre países de origem e países de destino em torno do assunto de trabalho contratual temporário para, entre outras questões, desenvolver e partilhar o conhecimento sobre as tendências do mercado de trabalho, prevenir o recrutamento ilegal e promover medidas de bem-estar e proteção aos trabalhadores contratados.(RDH 2009)

Esses diálogos representam passo importante para a redefinição das relações dos Estados frente às migrações.

4 –Melhora dos resultados para os migrantes e as comunidades de destino permitindo aos migrantes, de maneira segura, que os nativos visualizem as condições concretas que impactam os países receptores com a chegada do migrante:

O Relatório de Desenvolvimento Humano vislumbra um futuro promissor para as migrações, pelo menos, no longo prazo. No entanto, essa situação, que se remete ao longo prazo, poderá não ser observada por nativos no curto prazo. Dessa forma, é necessário que não se sobrecarregue as sociedades receptoras de migrantes. A equação que se coloca é a de que “a

inclusão e a integração são aspectos importantes da perspectiva do desenvolvimento humano, desde que tenham efeitos positivos não só para os indivíduos que migram, como também para as comunidades que os recebem” (RDH 2009). Portanto, saber o melhor possível o impacto que terá a presença do migrante para a sociedade receptora é fundamental para que essa presença não onere, no médio e longo prazo, essa sociedade.

Alguns pontos dessa forma contribuem de maneira efetiva para essa melhoria de ingresso dos migrantes, de forma a impactar positivamente a relação migrante-nativo. Estão relacionados a insumos necessários para a melhora de resultados que consideram a presença do migrante e também das comunidades de destino.

O acesso à educação e à saúde são importantes no sentido de inclusão de migrantes às sociedades de destino, como também, quando viabilizados em condições semelhantes para migrantes e nativos, permitem a ambos uma convivência pacífica e crível de respeito mútuo. “Alguns países em desenvolvimento, por exemplo, a Costa Rica, permitem aos migrantes acesso a serviços públicos de saúde, independentemente de sua situação” (MARQUETTE, 2006 apud PNDU, 2009).

Um outro aspecto que é fundamental para a melhor inclusão do migrante é o acesso à língua do país de destino. É básico que o migrante possa acessar essa ferramenta que será marcante a sua condição de permanência. Trata-se de um tema delicado e que demanda a percepção clara do país de destino dos objetivos e das condições de vida do migrante naquele país hospedeiro. Deverá ser diferenciado de acordo com o público a que se destina. Se destinado a adultos, em idade laboral, deverá ter perfil, diferente de uma criança em idade escolar que poderá ser incorporada aos ciclos escolares. “A Austrália encontra-se entre os exemplos de boa prática, providenciando formação lingüística avançada aos migrantes e populações indígenas” (CHRISTENSEN, STANAT, 2007 apud PNDU, 2009). Vários outros países, cientes da importância em estabelecer políticas de inclusão linguística, oferecem serviços nesse mesmo sentido.

“Permitir que as pessoas trabalhem” (PNDU, 2009), essa perspectiva, segundo o Relatório, expressa a reforma mais importante para a inclusão de migrantes pelo mundo. A vulnerabilidade do migrante, e também das sociedades receptoras, está muito vinculada à segurança que essa sociedade possa oferecer ao migrante quanto a sua sobrevivência. Esse é um fator que impacta a todos os migrantes de maneira indistinta, tanto os mais quanto os menos qualificados.

O estudo feito para a elaboração das propostas pilares do RDH 2009 indica que o fortalecimento do poder público local, ou municipal, mostra-se extremamente eficaz na elaboração

e implementação de políticas públicas, estatais ou não, de atendimento aos migrantes. Embora haja situações em que governantes municipais neguem a presença de migrantes, não os incluindo em planejamento locais e, assim, estimulando a retração da sociedade nativa à presença do migrante. Nesse sentido, algumas condições são importantes para que essa política de inclusão local atinjam seus objetivos:

- (i) promover estruturas governamentais locais internas, que permitam a participação e a responsabilização;
- (ii) evitar práticas institucionais que contribuam para a discriminação;
- (iii) assegurar que a justiça e a ordem tenham um papel facilitador, incluindo um serviço de polícia efetivo e responsável;
- (iv) fornecer informações relevantes ao público e a organizações da sociedade civil, incluindo as associações de migrantes; e,
- (v) assegurar o planejamento do uso equitativo da terra, de acordo com as necessidades dos pobres – por exemplo, opções para minimizar a insegurança fundiária e respectivos constrangimentos (PNDU, 2009, p. 105).

A melhora da participação dos migrantes na vida comunitária será otimizada caso ele possa vislumbrar o impacto nos orçamentos públicos que sua presença provoca. Mais uma vez, é importante que se frise que as migrações impactam as sociedades receptoras tanto em aspectos formais dessas sociedades quanto em aspectos da subjetividade coletiva. Assim, a questão do impacto orçamentário – custos adicionais em saúde, saneamento, segurança, educação – devem ser compatibilizados e equacionados com a presença do migrante. Isso porque, em que pese seja um tema comum a todos os Estados, sua formulação e implementação variam de governo para governo. Além disso, quando os governos locais não incluem em suas estatísticas a presença de migrantes, perdem a oportunidade de otimizar suas receitas, porque, em muitas das vezes, elas são computadas de acordo com o número de habitantes de cada país, estado, município.

E ainda, dentre os temas que assumem importância vital para a melhoria das condições dos migrantes, e mesmo deles frente aos nativos, diz respeito à discriminação e à xenofobia. É preciso que se trate desse tema no sentido de valorizar atitudes de tolerância frente ao outro, conforme já abordado neste trabalho.

Por fim, nesses aspectos aqui tratados, reduzir o impacto que as recessões têm sobre as migrações. Dessa forma, algumas medidas podem ser tomadas e há exemplos que podem auxiliar no melhor equacionamento dessa questão que se constitui em fio condutor das políticas frente às migrações: a questão econômica e sua vinculação às oscilações que as economias mundiais são abaladas ao longo da história humana.

5 – Possibilidade de acesso aos benefícios da mobilidade interna, tendo em vista dados expressos pelo RDH 2009 sobre os números de migrações intranacionais e aqueles de uma nação à outra:

Estima-se que só na China e na Índia em torno de 180 milhões de pessoas se movimentam dentro dos países. São movimentações internas que, segundo o RDH, deve ser estimulada pelos governos e não impedir que elas ocorram. Essa perspectiva está de acordo com o princípio desse Relatório que entende que as migrações não respondem tão somente ao interesse de movimentar-se como essencialmente de desenvolver-se.

Para tanto alguns aspectos são sugeridos e considerados essenciais para efetivação desse estímulo:

- (i) a quebra de barreiras para as mobilidades internas, que impedem ou dificultam as mobilidades intrapaíses, promovendo a inclusão e evitando que se perpetuem restrições legais e administrativas aqueles que se deslocam;
- (ii) providenciar apoio àqueles que se deslocam, nos destinos. Da mesma forma que governos se organizam para recepcionar migrantes de outros países, também devem fazê-lo para os migrantes internos que se movimentam intrapaíses;
- (iii) gerar mobilidade fiscal, permitindo que as receitas que dizem respeito à presença do indivíduo em um determinado local, quando ele resolva migrar, seja passível de revisão e inclusão dessa receita no local de destino, a exemplo da mobilidade que aspectos da vida civil e mesmo vinculados à cidadania possam ser apropriados pelo migrante em seus deslocamentos. O voto é um bom exemplo dessa migração de condições adquiridas pelo migrante.

6 – Tratamento da mobilidade como uma parte integrante das estratégias de desenvolvimento nacional:

Resultado do Fórum Mundial sobre Migrações, em 2009, um tema central da discussão de migrações é a “integração da migração nas estratégias de desenvolvimento nacional” (PNDU, 2009, p. 107).

Como fazê-lo? O próprio Relatório sugere caminhos. O primeiro é de caráter econômico. Pessoas poderão viver melhor em função da mobilidade que praticam. Viverão melhor, porque passarão a gerar renda, tanto no destino, quanto na origem, a partir das remessas que assim promoverão. As migrações alteram, portanto, a subsistência de famílias espalhadas pelo mundo. Pois, “os fluxos de dinheiro têm o potencial de melhorar o bem-estar, estimular o crescimento econômico e reduzir a pobreza, direta e indiretamente” (PNDU, 2009, p. 108). Mas é preciso que se supere a lógica de que as migrações são uma das formas prioritárias para o desenvolvimento humano das sociedades. É preciso promover o desenvolvimento sustentável no próprio país. Esse tema será inclusive analisado no Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, que contemplará as fontes de sucesso e do fracasso do desenvolvimento humano e de suas implicações nas estratégias de desenvolvimento nacional.

Por fim, cabe considerar elementos que potencializem a viabilidade das propostas aqui feitas pelo Relatório de Desenvolvimento Humano 2009.

O primeiro passo que esse relatório sugere é o cuidado com as pessoas nos locais de destino, buscando alterar a percepção que elas têm das migrações e com isso superar a percepção que as migrações são uma ameaça à sobrevivência de suas sociedades. Para tanto, é importante que se observe o dado de que “os residentes consideram o controle da imigração como algo essencial e muitos preferiam que existissem regras mais rígidas na entrada” (PNDU, 2009, p.108).

Esse dado deve ser considerado com atenção, pois é da percepção dos nativos no destino que dependem em boa parte a atitude que se terá com relação aos migrantes e também a forma como os Estados tratarão a presença desses migrantes.

Contudo, há estudos que demonstram que, a partir do momento já se encontra instalada no país, a chance de sua permanência nos países hospedeiros seja melhor cresce.

No que diz respeito ao ingresso dos migrantes, há controvérsia sobre se deve ou não haver maior restrição ao ingresso de migrantes. Segundo o RDH, há quatro razões para que isso aconteça:

A relação com os migrantes está muito vinculada à condição que o nativo tem, especialmente com relação a emprego e a segurança e longevidade que esta oferece. Quanto mais oportunidades de trabalho, menor o receio da presença do migrante. E, de outra parte, caso o migrante apresente vantagens competitivas quando na busca de uma mesma vaga de trabalho.

Um segundo aspecto diz respeito à informalidade da relação com os migrantes, pois quanto maior a informalidade, maior a sensação de risco com relação à presença do migrante no local de

destino. Um estatuto mais regular das condições de acesso, de permanência e mesmo de retorno do migrante, permitirá “resolver a impressão persistente, partilhada por muitas pessoas locais, de que a migração transfronteiras é irregular ou ilegal” (PNDU, 2009, p. 109).

Dialogando com o aspecto anteriormente levantado, muito da percepção sobre a presença do migrante, ou melhor, da resistência à presença dele, e com sua presença no país de destino, promove um rebaixamento das condições de vida dos nativos, especialmente quando relacionado ao trabalho, por achatamento nas condições salariais. Um elemento importante que poderia alterar essa percepção seria o de análise de massa salarial com e sem considerar migrantes para a afirmação estatística desta percepção.

Por fim, é preciso que os diversos atores que compõem a política de migrações sejam diretamente envolvidos, a exemplo dos Estados. O envolvimento destes pode se dar sob a forma de grupos de pressão, e que possam atuar na implementação dessas reformas aqui propostas.

Mas, permanecem as perguntas: Por que os Estados nacionais confrontam a volatilidade proposta pela globalização naquilo que impacta as migrações? Por que as migrações são impactadas tão definitivamente e na maioria das vezes de maneira restritiva frente a seus destinos?

Conforme já mencionado neste trabalho, as vinculações feitas entre Estados e nações, da questão da cultura, de identidades, da presença do Outro enquanto elemento de alteridade, nos remete a um problema de enorme envergadura, e *chissà*, (o que é isso? Expressão estrangeira? Colocar em *itálico*) sem alteração de *status* em curto prazo. Este trabalho, assim, pretendeu problematizar o assunto,

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fragilidade estrutural, políticas conjunturais, centradas no Estado nacional, sentimentos identitários reivindicados cidadania fragilizada.

Este trabalho buscou debater a relação entre migrações e globalização e o impacto da segunda sobre a primeira.

Dos dados analisados, nas condições em que esses dados foram analisados, a partir especialmente do Relatório de Desenvolvimento Humano, promovido pelo PNUD, a globalização

não alterou substancialmente a média percentual das pessoas que se deslocam pelo mundo, que praticam os fluxos migratórios. No entanto, há que se considerar que a população mundial cresceu, o mundo vem envelhecendo, a desigualdade no mundo cresceu, mais pessoas buscam melhoras em seus níveis de vida, o acesso à informação é inegavelmente superior. Vista dessa forma, a globalização impacta as migrações.

Entretanto, este trabalho pode trazer alguns questionamentos acerca das migrações em um mundo globalizado.

Duas perguntas são especialmente evidentes na compatibilização dos temas globalização e migrações:

A primeira diz respeito ao preparo que as sociedades tenham para a inclusão na agenda das migrações de outros atores sociais: ONGs, empresas, entidades religiosas, de classe, sindicatos, etc. Os Estados nacionais, e seus governantes, estariam dispostos a encarar o tema dos fluxos migratórios com a flexibilidade que previsse esta inclusão?. Essa questão está nitidamente vinculada à incapacidade dos Estados nacionais de responderem por si, a esse problema. É o reconhecimento, nesse caso, que os Estados são parte da solução da complexa questão das migrações, mas na medida em que eles, Estados nacionais, têm interesses e que estes podem estar vinculados a interesses de seus governantes e de sua manutenção a frente desses governos, é possível que as nações, conforme discutido neste trabalho, sejam persuadidas a aderir aos interesses desses governantes. A presença de outros atores, é fundamental, neste sentido. Mas, como agilizar esse processo, que está em curso, da inclusão desses atores sociais, considerando que essa inclusão impactará contas públicas, políticas de mobilidade, ruptura de barreiras linguísticas, gerará responsabilidades adicionais, à migrantes e não-migrantes. Aos Estados, aos cidadãos?

A segunda questão é saber a quem interessa de fato uma maior sistematização de políticas públicas no tema de migrações. Aparentemente, a todos os envolvidos. Mas, também, aparentemente a todos, pode não interessar. Nesse caso, sistematizar significa regular. Regular pode fugir ao interesse à mobilidade que as sociedades pretendam para o tema.

Para tanto, tratou-se de alguns aspectos que se considera fundamental na discussão sobre migrações: identidade, cultura, nações, além, evidentemente, de abordar os dois temas centrais: globalização e migrações.

Observe-se que há enorme fragilidade estrutural na relação entre migrantes, países de origem, que em muitos casos negligenciam a saída de seus cidadãos para outro país, mesmo que

essa saída, via de regra, possa ser extremamente vantajosa economicamente para esse país de origem, especialmente no que diz respeito às reservas geradas a partir do destino por migrantes. Nesse sentido, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 chega a propor um IDH dos povos, e não mais vinculado aos países, pois na visão do Relatório “uma vez que retrata o nível de desenvolvimento humano de todos os indivíduos que nasceram num determinado país” (PNDU, 2009, p. 14). Diga-se, de passagem, que há uma série de iniciativas, exitosas, em diversos países, que têm buscado regularizar e agilizar cada vez mais, essas remessas. No entanto, é um aspecto dentre as diversas dimensões que o assunto traz. Quanto às demais variáveis da questão, há muito o que ser feito enquanto política de Estado que permita avançar na temática.

Pretendeu-se aqui, visualizar antes de tudo a perspectiva impressa pelos Estados, à luz da globalização.

A experiência da globalização goza, pelo estudo feito, de fragilidade estrutural na imensa maioria dos países. Desta forma, sua constituição enquanto política pública destes países, mostra ainda frágil e de acordo com aspectos. Não se trata de uma política global, na grande maioria das vezes.

A experiência das migrações goza, pelo estudo feito, da fragilidade estrutural dentre a imensa maioria dos países e, paradoxalmente, é impactada em todos eles.

Os interesses dos Estados nacionais são diretamente impactados pelas migrações. Aparentemente mais do que os cidadãos, mais do que as nações.

Resta também, um problema de ordem estrutural: o que faz o migrante migrar? Sim, há razões de ordem econômica, de ordem prática e de ordem subjetiva: recomposição de vínculos familiares, busca de novas perspectivas. Mas, onde o fica o sentimento de pertencimento? Por que voto, por que não participo de determinadas atividades da vida cidadã? Resposta que o foco deste trabalho não pretendeu responder e que poderia ser uma derivação de um tema a ser analisado, para buscar a autopercepção do migrante sobre este pertencimento.

A explanação tem no seu início o estabelecimento do caráter paradoxal do que venha a ser o moderno. As possibilidades transformadoras dessa noção somente se igualam em número e intensidade às perspectivas destruidoras. Segundo o autor, se o novo confere a promessa de aventura, progresso e superação de barreiras, do mesmo modo esse poderia vir a desencadear a perda do que já fora alcançado, o que confirma o paradoxo da experiência moderna.

Não parece, pelo que foi estudado, que haja uma tendência a se alterar esse quadro. Constitui-se um ciclo de boa forma, previamente definido. São políticas conjunturais, são políticas dos Estados nacionais, que impactam as nações e onde o apelo central que os primeiros fazem aos segundos é baseado no medo das perdas que os migrantes podem provocam aos nativos. De outra parte, cidadão nativos, impactados pela presença do outro**, reagem a essa presença ora pelo rechaço, ora pelo acolhimento, gerada especialmente por questões culturais e da estranheza gerada a partir da presença do Outro. De outra parte, como superar a presença onipresente dos Estados nessa temática? Como promover a inclusão de outros atores sociais que possam de alguma forma trazer à luz interesses outros que não de governantes? Estado e nação, no que diz respeito a migrações, representam os mesmos interesses?

São questões adicionais que este trabalho suscitou. Passíveis de outras pesquisas, de outra caminhada.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. 2005. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70.
- ARENDT, Hannah. 2008. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG.
- BADIE, Bertrand. 2006. A crise da potência e a desordem internacional. **Caderno CRH UFBA**, n. 48. p. 385-390.
- BHABHA, Homi K. 1998. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- DIECKHOFF, Alain. 2000. **A nação em todos os seus estados**: as identidades nacionais em movimento. Lisboa: Instituto Piaget.
- DURAND, Marie-Francoise; COPINSCHI, Philippe; MARTIN, Benoît; PLACIDI, Delphine. 2009. **Atlas da mundialização**: compreender o espaço mundial contemporâneo. São Paulo: Editora Saraiva.
- KEHL, Maria Rita. 2005. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras.
- LANDOWSKI, Eric. 2002. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva.
- LESSA, Antônio Carlos. 2009. Cada um com o que é seu; as migrações internacionais e a diáspora brasileira. **Boletim Mundorama**, dez. 2009. Disponível em: <<http://mundorama.net>> Acesso em: 02 abr. 2010.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. 2002. **Relações internacionais**: cultura e poder. Brasília: FUNAG; IBRI.
- MILANI, Carlos R. S.; LANIADO, Ruth Nadia. 2006. Espaço mundial e ordem política contemporânea: uma agenda de pesquisa para um novo sentido de internacionalização. **Caderno CRH UFBA**, n. 48. p. 479-498.
- PERALVA, Angelina. 2008. Globalização, migrações transnacionais e identidades nacionais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso; CEPLAN.
- PNDU – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. 2009. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009**: ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos.
- VAZ, Alcides Costa. 1999. Globalização e relações internacionais: o sistema frente aos processos econômicos globais. **Revista Múltipla**, n. 4(7), p. 61-68.
- WOODWARD, Kathryn. 2000. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes. p. 07-72.